

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelôja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 800 exemplares

Nº 1042

Substitutivo à LDO traz artigo que possibilita inclusão de recursos do PCS na LOA de 2012

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentária Anual (LDO), deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), apresentou à Comissão Mista de Orçamento, do Congresso Nacional, substitutivo com o artigo 78, que trata da despesa de pessoal referente a aumento de remuneração, criação de cargos e reestruturação de carreiras.

O texto do artigo diz o seguinte: "Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de Anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2012, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da LRF."

Segundo o assessor parlamentar da Fenajufe, Antônio Augusto Queiróz (Toninho do Diap), embora o relator tenha rejeitado as emendas que versavam sobre reajuste do funcionalismo, conforme divulgado por veículos da grande imprensa, com a inclusão do artigo 78 fica mantido o espaço para que os recursos referentes aos PCSs do Judiciário e MPU serem incluídos no Anexo V da Lei Orçamentária Anual de 2012, que será encaminhada pelo Executivo ao Congresso até o dia 31 de agosto. Para isso, o STF e a PGR devem enviar à Secretária de Finanças e Orçamento (SOF), do Ministério do Planejamento, a previsão orçamentária do Judiciário Federal e do MPU com os valores referentes aos PCSs.

De acordo com Toninho, se a LDO for aprovada com a redação do relator, o trabalho agora será para garantir que os planos constem do Anexo V da LOA de 2012, cumprindo as exigências do artigo 169 da Constituição Federal.

Segundo informações da Agência Câmara, por falta de quórum, a Comissão Mista de Orçamento adiou a reunião de quarta, 29, para a próxima terça-feira, dia 5. A intenção do presidente da Comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), é que o relatório do projeto da LDO seja lido e votado até a quarta-feira da semana que vem, dia 6.

Segundo o assessor parlamentar da Fenajufe, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara (CFT) deve funcionar até a segunda semana de julho, prazo final para o Congresso Nacional votar, em sessão conjunta, a LDO. Os trabalhos do Legislativo serão retomados no dia 1º de agosto. **Confira na página do SINTRAJUSC o trecho do substitutivo do projeto da LDO.** *Com informações da Fenajufe*

MOBILIZAÇÃO EM SC

Os servidores do Judiciário Federal em SC realizaram Assembléia/Ato na quarta-feira, dia 29, na rampa do TRT-SC. Foi aprovada a formação de uma Comissão de Mobilização para percorrer as três Justiças na semana que vem, propondo discussões no contexto das paralisações dos servidores públicos federais.

Servidores fazem manifestação na CFT para tentar incluir PCSs na pauta

Servidores do Distrito Federal, em greve por tempo indeterminado desde o dia 18 de maio, e representantes de outros estados foram na quarta-feira, 29, à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados cobrar a inclusão na pauta dos PLs 6.613/09 e 6.697/09 (PCSs do Judiciário e MPU). Como resultado da pressão dos servidores, o deputado Pauderney Ave-lino (DEM/AM) pediu, em seu nome e de vários deputados, que os projetos entrassem na pauta da próxima sessão, marcada para quarta-feira, dia 6.

Segundo informações do Sindjus-DF, o presidente da Comissão, deputado Cláudio Puty (PT/PA), de-

monstrou desconhecimento em relação ao relatório apresentado pelo deputado Roberto Policarpo (PT-DF) ao PCS dos servidores do Judiciário Federal. O parlamentar disse que poderia pautar os projetos, mas argumentou que, por não haver adequação orçamentária, não havia qualquer garantia de que fossem aprovados.

Na parte da tarde, os servidores voltaram à Câmara para conversar com os deputados, com o objetivo de conquistar mais apoios ao projeto que revisa o plano de cargos e salários da categoria. *Com informações da Fenajufe e Sindjus-DF*

Reunião na JF discute temas de interesse dos servidores

A Coordenação do SINTRAJUSC reuniu-se com o Diretor do Foro da JF, Alcides Vettorazzi, e com o Diretor do Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças, Fabricio Moriguti, no dia 27. Participaram também as servidoras Caroline Cabral e Bárbara Rossi, do JEF Previdenciário. O objetivo da reunião foi discutir os seguintes assuntos de interesse da categoria: Adicional de Qualificação; ressarcimento pela participação em cursos de especialização; Portaria 629/2011, que mudou o horário de atendimento da JF; alterações no plano de saúde e a Resolução 106/2010, que trata dos critérios para reconhecimento administrativo, apuração de valores e pagamento de dívidas de exercícios anteriores, referentes a passivos, para magistrados e servidores.

Após explanação feita pelas servidoras Bárbara e Caroline, o Diretor do Foro ressaltou sua preocupação em liquidar os débitos relativos à participação dos servidores em cursos de especialização e AQ e disse que providenciará, ainda no mês de julho, edital neste sentido, concluindo que a reivindicação é justa e será atendida, só dependendo agora da parte burocrática.

Quanto à alteração do horário de atendimento, o Coordenador Paulo Koinski ressaltou que o TRF4 foi precipitado em regulamentar a determinação do CNJ, pois há uma ADI no STF questionando a mudança de horário, com despacho mandando ouvir todos os tribunais.

O Diretor do Foro argumentou que, neste caso, trata-se de medida superior vinda do TRF4, e que dentro de sua competência está orientando as chefias para que a questão seja tratada da forma mais flexível possível e que os servidores se organizem em seus setores para dar conta do novo horário sem prejudicar compromissos já assumidos em outros horários e nem comprometer o atendimento aos jurisdicionados.

Na reunião também foram apontados problemas decorrentes da mudança do prédio da JF do Centro para a Agro-

nômica. As servidoras do JEF Previdenciário disseram que o transporte coletivo é deficiente no local, onde não há parada de ônibus. Isso prejudica trabalhadores e jurisdicionados, especial-

mente na vara onde trabalham, pois são procuradas geralmente por pessoas deficientes e idosas. Já houve manifestações de advogados, segundo elas, no sentido de aumentar honorários porque eles precisam buscar os clientes e levá-los ao prédio da JF. O encaminhamento foi o de tanto a Direção do Foro quanto o Sindicato solicitarem à Prefeitura que seja viabilizada parada de ônibus próxima ao prédio, semáforo e/ou construção de passarela.

Sobre as alterações do plano de saúde resultantes da Resolução 29, Koinski relatou as tratativas junto à Ajufesc e Sinjuspar que resultaram no relatório favorável da Comissão de Saúde, que aponta para a divisão do déficit previsto em quatro contas, SJPR, SJSC, SJRS e TRF4, sendo os servidores solidários dentro de cada conta por seus débitos.

O Diretor do Foro mostrou-se preocupado com o problema e falou que irá defender posição conjunta dos magistrados e servidores da JF/SC perante a nova Presidente do TRF. Diante da perspectiva favorável aos servidores e magistrados lotados em Santa Catarina, e com a mudança da Administração, que ainda não se manifestou sobre o assunto, o encaminhamento foi aguardar o resultado da reunião do novo Conselho Administrativo no TRF 4. Nesta sexta, 1º, será divulgada a pauta da reunião do Conselho, marcada para o dia 4, e a expectativa é que o relatório da Comissão seja aprovado pelos Conselheiros.

Foto: Míriam Santini de Abreu

